

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2014**

1ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU
JUÍZA FEDERAL TITULAR DRA. CAROLINE MEDEIROS E SILVA
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DR. MAURÍCIO MAGALHÃES LAMHA

Partindo de levantamentos realizados no questionário da Autoinspeção, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 30/06/2014 até 11/07/2014, a correição ordinária eletrônica da 1ª Vara Federal de Nova Iguaçu, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES

1. Providenciar a devolução dos processos que se encontram com carga para Advocacia Geral da União - AGU (05); Procuradoria da Fazenda Nacional – PFN (01); Defensoria Pública da União – DPU (10); Conselho Regional de Farmácia – CRF (02) e Procuradoria Regional da Fazenda – PRF (02), com prazo vencido;
2. Regularizar, no que couber, a situação dos processos identificados no item “Segredo de justiça” (02), cuja ordem judicial designativa do referido segredo não foi identificada;
3. Atentar para o envio dos RPVs e Precatórios já cadastrados, tendo em vista constarem na planilha do Apolo Excel 28 RPVs e 04 Precatórios cadastrados, sendo 13 RPVs e 01 Precatório, respectivamente, conferidos e 00 enviados;
4. Providenciar, junto à informática, a classificação das sentenças que não tiveram o respectivo lançamento do tipo no sistema de acompanhamento processual Apolo (as denominadas “vazias”);
5. Dar atenção ao processo de verificação obrigatória, Ação de Usucapião, sem movimentação desde 04/12/2013;
6. Priorizar o andamento dos processos conclusos para despacho há mais de 30 dias (477); para decisão há mais de 60 dias (30) e para sentença há mais de 180 dias (03), (matéria cível e execução fiscal);
7. Retomar o andamento dos 56 processos sem movimentação, sendo 35 há mais de 30 dias e 21 há mais de 60 dias, matéria cível, bem como dos processos parados há mais de 121 dias (46) e há mais de 180 dias (49), referentes à execução fiscal;
8. Informar quanto a correção referente aos processos remetidos ao TRF e não registrados no sistema.

Considerando as RECOMENDAÇÕES, encaminhar à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, Relatório das providências implementadas.

ATUAÇÃO DOS JUÍZES

Divisão dos processos finais pares e ímpares

- **Titular:** Tempo de atuação desde 20/08/2012. Afastamentos para gozo de férias período de 20/11/2013 a 19/12/2013 e 28/01/2014 a 26/02/2014.
- **Substituto:** Tempo de atuação desde 09/04/2012. afastamentos trânsito no período de 09/04/2014 a 18/04/2014; férias 12/05/2014 a 11/06/2014.
- Conforme informado no questionário de Autoinspeção a divisão de processos é feita de forma que a Juíza Titular é responsável pelos processos de numeração final par e o Juiz substituto, pelo de numeração final ímpar.

ORGANIZAÇÃO - 13 SERVIDORES

04 analistas
judiciários

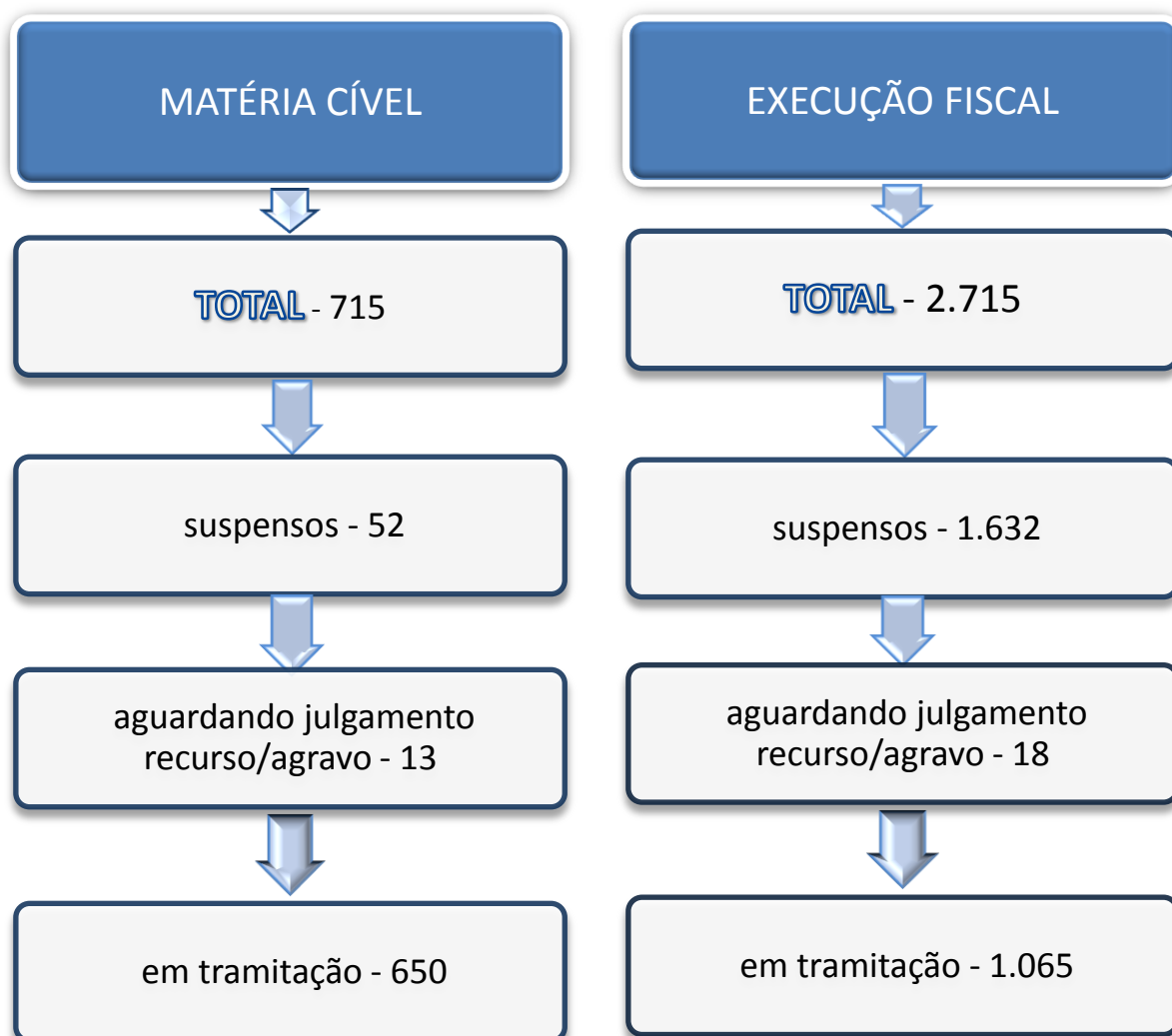
08 técnicos
judiciários

01 técnico
judic/segurança

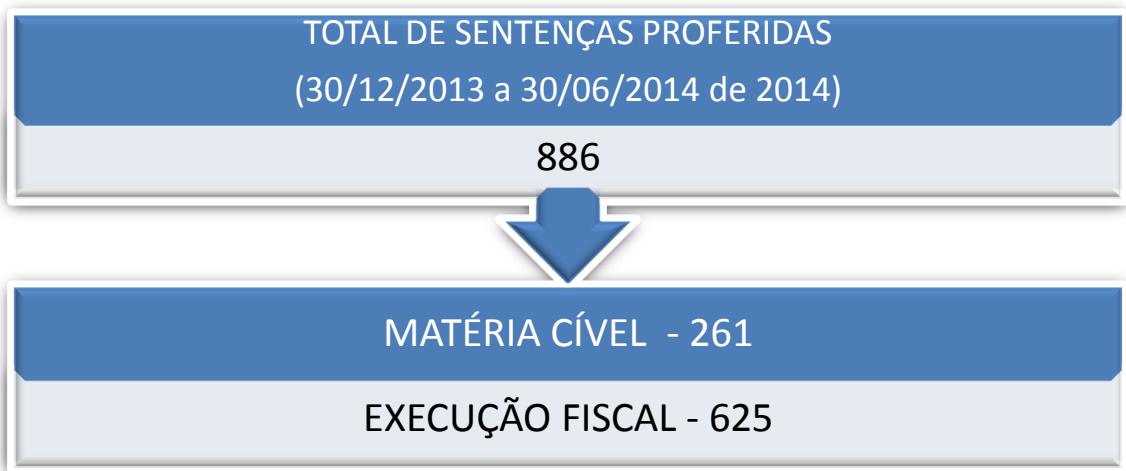
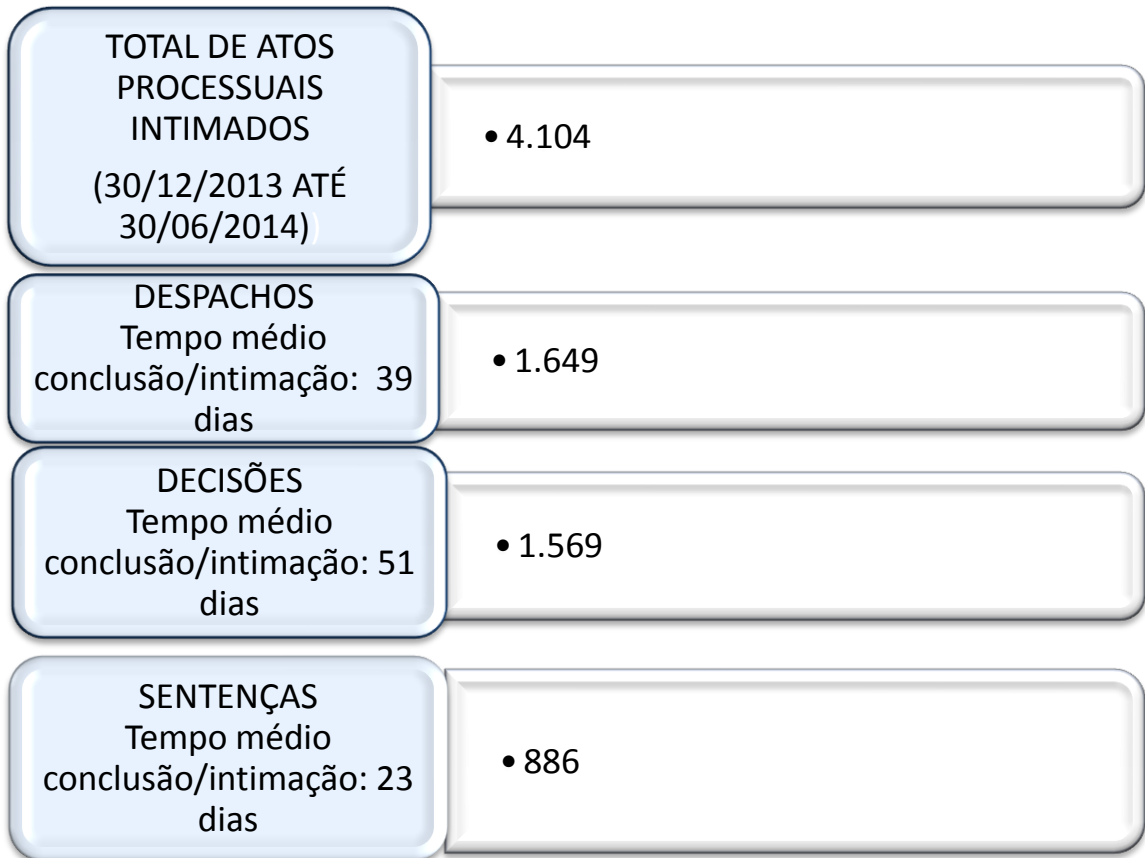
04 estagiários

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados.

ACERVO TOTAL (CÍVEL E EXECUÇÃO FISCAL)



Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal , constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de junho/2014.



Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel - Intimados.

METAS DO CNJ

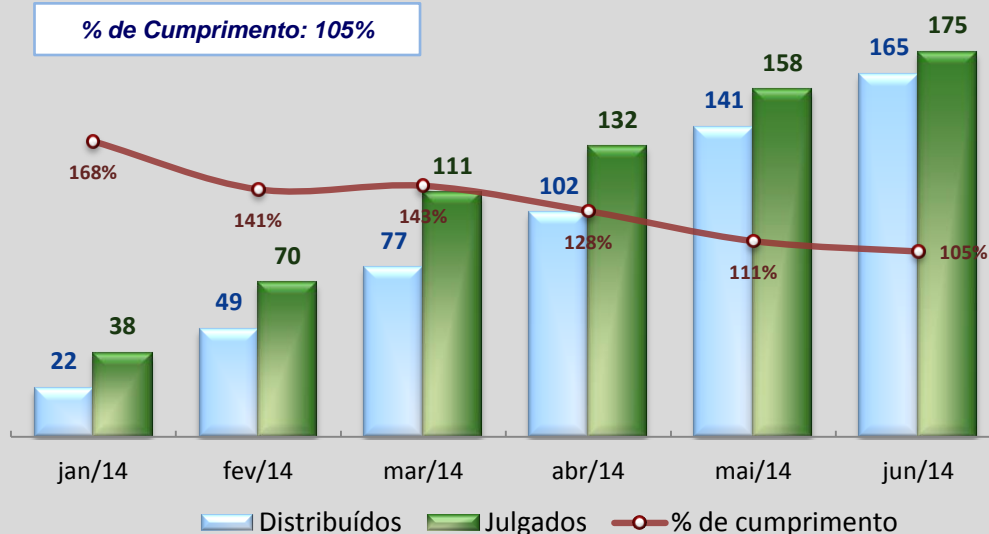
Metas Nacionais para 2014 aprovadas no VII Encontro Nacional do Judiciário

I - META 1/2014

Situação parcial - ano de 2014 (acumulado): Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.

Acumulado: Julgados X Distribuídos - Total - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu

% de Cumprimento: 105%



Verifica-se pelo gráfico extraído de Portal de Estatísticas da 2ª Região que durante o ano de 2014 o Juízo vem cumprindo a meta, julgar mais processos que os distribuídos, já que a percentagem em 30/06/2014 é de 105%.

II - META 2/2014

Julgar 100% dos distribuídos até 2008 e 80% dos distribuídos em 2009 no primeiro grau, 100% dos distribuídos até 2010 e 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.

Pelo Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de junho/2014, constatou-se que não existem processos pendentes de julgamento no ano de 2008. Quanto ao ano de 2009, existe somente um processo.

Processo 00017616920094025170 – Classe 1003; Ordinária Servidor Público; último movimento concluso para decisão em 12/02/2014.

III - META 4/2014

Identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, 100% das distribuídas até 31/12/2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.

AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS

Foi encontrado 01 processo nesta Meta. Analisado não foram encontradas irregularidades em sua tramitação.

Processo: 00001685320124025120 – concluso para sentença em 01/04/2014;

OUTROS PROCESSOS: QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO

Foi encontrado 01 processo nesta Classe. Analisado não foram encontradas irregularidades em sua tramitação.

Processo: 00000671620124025120 – autos remetidos ao MPF por motivo de manifestação e devolvidos em 27/03/2014.

IV - META 5/2014

Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença.

À vista de que ainda não foi disponibilizado no Portal de Estatísticas da 2ª Região mapas relativos à Meta 5, foram consultados os mapas relativos à Meta 3/2013, quanto ao total de processos em trâmite de execução fiscal e não-fiscal, em junho/2013 e junho/2014, a saber:

- junho/2013: 1531 total de processos de execução fiscal e 74 total de processos de execução não-fiscal;
- junho/2014: 1069 total de processos de execução fiscal e 118 total de processos de execução não-fiscal.

Verificando-se no período: uma redução de 30,18% em matéria fiscal e um aumento de 59,45% em matéria não-fiscal.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de junho/2014.

PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA CÍVEL

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO: 01

Foi encontrado 01 processo pertencente a esta Classe.

Processo 00011203220124025120 – despacho proferido em 20/06/2014, remetido para publicação em 30/06/2014.

Processo com regular andamento.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA: 04

Foram encontrados 04 processos pertencentes a esta Classe.

Processos:

00001722220144025120 – concluso para despacho em 05/06/2014;

00006580720144025120 – disponível para remessa ao MPF por motivo de manifestação em 30/06/2014;

00019249720124025120 – concluso para sentença em 12/05/2014;

00216594220134025101 – concluso para despacho em 19/05/2014.

Analizados os processos não foram encontradas irregularidades em suas tramitações.

AÇÃO DE USUCAPIÃO: 03

Foram encontrados 03 processos pertencentes a esta Classe.

Processos:

00006368020134025120 – autos remetidos ao TRF2 em 30/06/2014;

00019015420124025120 – despacho proferido em 27/06/2014 determina a intimação da parte autora.

Analizados os processos não foram encontradas irregularidades em suas tramitações.

Deve-se dar especial atenção ao seguinte processo, tendo em vista o tempo em que se encontra sem movimentação.

00002156120114025120 – autos remetidos para a CEF por motivo de manifestação e devolvido em 04/12/2013.

**AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE
POSSE: 14**

Foram encontrados 14 processos pertencentes a esta Classe.

Processos:

00000330720134025120 – ato ordinatório publicado em 26/06/2014;

00002461320134025120 – aguardando expedir mandado em 10/06/2014;

00007537120134025120 – ato ordinatório publicado em 09/06/2014;

00014214220134025120 – ato ordinatório publicado em 01/07/2014;

00000625720134025120 – ato ordinatório publicado em 09/06/2014;

00007372020134025120 – movimentação cartorária tipo aguardando audiência em 20/05/2014;

00007571120134025120 – concluso para sentença em 19/03/2014;

00019408520114025120 – movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado em 30/05/2014;

00007441220134025120 – movimentação cartorária tipo aguardando audiência em 20/05/2014;

00010740920134025120 – movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado em 27/05/2014;

00000695420104025120 – concluso para decisão em 04/06/2014, consta minuta da decisão no sistema assinada eletronicamente;

00007459420134025120 – movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado em 04/06/2014;

00002123820134025120 – despacho remetido para publicação em 30/06/2014;

00007493420134025120 – concluso para sentença em 04/04/2014.

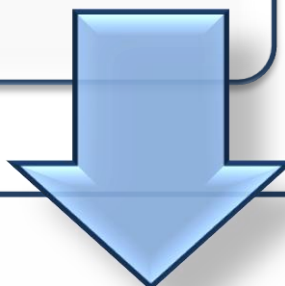
Analisados, todos os processos, encontram-se com regular andamento.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de junho/2014.

AUDIÊNCIAS

(De 27/12/2013 a 27/06/2014)

- **TOTAL - 08 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS**, sendo a primeira de 12/03/2014 e a última de 11/06/2014.



NÚMERO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE

- **março/2014 - 01**
- **junho/2014 - 07**

Fonte: Mapa - Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

PROCESSAMENTO DE FEITOS (VIRTUAIS)

INICIAIS



Na presente correição foi apurado o tempo médio de, aproximadamente, 07 dias entre a distribuição e o despacho inicial, salvo nos casos em que é formulado pedido de liminar/antecipação de tutela, quando o prazo é reduzido, em média, para 05 dias.

Existe um escaninho denominado “CV-INICIAIS” (com 02 documentos em 07/07/2014, às 18:18 h.).

Fone: Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

BALCÃO DE ENTRADA

134 documentos

Sendo o mais antigo de 09/07/2013,
visto em 10/07/2014, às 14:11 h.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO



Segundo o questionário de Autoinspeção a verificação de prevenção, litispendência e coisa julgada são efetuadas na forma do Provimento nº T2-PVC-2010/00079, de 27/08/2010, desta Corregedoria. Informa que a análise da prevenção é feita imediatamente à distribuição do feito. A apreciação da possibilidade de prevenção, litispendência ou coisa julgada é precedida de certidão cartorária, lavrada pelo Supervisor do Setor, que indica o atual andamento, bem como informa as partes, o objeto e a causa de pedir do processo apontado no Termo de Prevenção/Informação. Quando há pedidos de natureza urgente, o processo é encaminhado ao Apoio ao Gabinete.

Fonte: Relatório de Inspeção Anual/2013 e Questionário de Autoinspeção.

TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO



P/DESPACHO: há mais de 30 dias	P/DECISÃO: há mais de 60 dias	P/SENTENÇA: há mais de 180 dias
<ul style="list-style-type: none">• Matéria Cível - 70• Execução Fiscal - 407	<ul style="list-style-type: none">• Matéria Cível - 03• Execução Fiscal - 27	<ul style="list-style-type: none">• Matéria Cível - 03• Execução Fiscal - 00



Conforme mapa extraído do sistema Apolo em 27/06/2014, os processos conclusos com **prazo vencido** estão assim distribuídos:

Conclusos para despacho: 477, sendo 407 referentes à execução fiscal e 70 referentes a outras ações; destes 241 de final par e 236 de final ímpar;

Conclusos para decisão: 30, sendo 27 referentes à execução fiscal e 03 referentes a outras ações; destes 12 de final par e 18 de final ímpar;

Conclusos para sentença: 01 de final par e 02 de final ímpar, todos referentes a outras ações.

Conclusos para despacho:

Deve-se dar especial atenção aos processos conclusos para despacho, que se encontram com prazo vencido por maior número de dias, dentre eles:

00009011820134025120 – concluso para despacho em julho de 2013;

00024356620104025120 – concluso para despacho em julho de 2013;

00004811420124025120 – concluso para despacho em agosto de 2013;

00001457820104025120 – concluso para despacho em agosto de 2013;

00015057720124025120 – concluso para despacho em agosto de 2013;

00024872820114025120 – concluso para despacho em agosto de 2013;

00002496520134025120 – concluso para despacho em agosto de 2013;

00003890720104025120 – concluso para despacho em setembro de 2013;

00005958420114025120 – concluso para despacho em setembro de 2013;

00008836620104025120 – concluso para despacho em setembro de 2013;

00012352420104025120 – concluso para despacho em setembro de 2013;

00012635520114025120 – concluso para despacho em setembro de 2013;

00025611920104025120 – concluso para despacho em setembro de 2013;

00005897720114025120 – concluso para despacho em outubro de 2013;

00005938020124025120 – concluso para despacho em outubro de 2013;

00008795820124025120 – concluso para despacho em outubro de 2013;

00013712120104025120 – concluso para despacho em outubro de 2013;

00033034420104025120 – concluso para despacho em outubro de 2013;

00013712120104025120 – concluso para despacho em outubro de 2013;
00027489020114025120 – concluso para despacho em outubro de 2013;
00007753220134025120 – concluso para despacho em outubro de 2013;
00025230720104025120 – concluso para despacho em outubro de 2013;

Conclusos para decisão:

Deve-se dar especial atenção aos processos conclusos para decisão, que se encontram com prazo vencido por maior número de dias, dentre eles:

00010541920114025110 – concluso para decisão em agosto/2013;
00032988520114025120 – concluso para decisão em setembro de 2013;
00005837020114025120 – concluso para decisão em novembro de 2013;
00005966920114025120 – concluso para decisão em novembro de 2013;
000097575220124025120 – concluso para decisão em novembro de 2013;
00021183420114025120 – concluso para decisão em novembro de 2013;
00023109820114025120 – concluso para decisão em novembro de 2013;
00129152920114025120 - concluso para decisão em dezembro de 2013;
00013870420124025120 – concluso para decisão em janeiro de 2014;
00013487520104025120 – concluso para decisão em fevereiro de 2014;
00030618520104025120 – concluso para decisão em fevereiro de 2014;
00017750420124025120 – concluso para decisão em março de 2014;

Conclusos para sentença:

Deve-se dar especial atenção aos processos conclusos para sentença (03), com prazo vencido:

00018028420124025120 – concluso para sentença em abril/2013 (428 dias); 01027499320124025170 – concluso para sentença em maio/2013 (410 dias); 01023698320124025101 – concluso para sentença em maio/2013 (413 dias).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

**TOTAL DE PROCESSOS SEM
MOVIMENTAÇÃO CÍVEL:**



ENTRE 31 E 60 DIAS:

• 35

HÁ MAIS DE 60 DIAS:

• 21

Foram analisados, por amostragem, os processos que se encontram sem movimentação entre 31 e 60 dias.

Processos:

00007398720134025120 – Movimentação cartorária tipo expedir Precatório/RPV em abril/2014;

00004656020124025120 – Movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado em abril/2014;

00000301820144025120 – Intimação de Despacho Registro no Sistema em maio/2014;

00002660920104025120 – Intimação de Decisão Registro no Sistema em maio/2014;

00005585220144025120 – Remessa Interna para - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu em maio/2014;

00011709220114025120 – Movimentação Cartorária tipo Aguardando devolução de Mandado em maio/2014;

00028917920114025120 – Movimentação cartorária tipo expedir Precatório/RPV em maio/2014;

00011766120134025110 – Movimentação cartorária tipo aguardando devolução de Mandado em maio/2014;

00004156320144025120 – Movimentação cartorária tipo aguardando devolução de Mandado em maio/2014;

01454496320134025101 – Movimentação cartorária tipo aguardando devolução de Mandado em maio/2014;

00000033520144025120 – Movimentação cartorária tipo aguardando devolução de Mandado em maio/2014;

00000111220144025120 – Movimentação cartorária tipo aguardando devolução de Mandado em maio/2014;

00003888020144025120 – Movimentação cartorária tipo aguardando devolução de Mandado em maio/2014;

00003965720144025120 – Movimentação cartorária tipo aguardando devolução de Mandado em maio/2014;

00006800220134025120 – Movimentação cartorária tipo aguardando devolução de Mandado em maio/2014;

Foram analisados, por amostragem, os processos que se encontram sem movimentação há mais de 60 dias.

Processos:

00029879420114025120 – Movimentação cartorária tipo expedir ofício em janeiro/2014;

00014092820134025120 – Intimação de despacho com registro no sistema em janeiro/2014;

00031077420104025120 – Movimentação cartorária tipo aguardando atendimento em janeiro/2014;

00017557620134025120 – Movimentação cartorária tipo expedir mandado em fevereiro/2014;

00003527220134025120 – Movimentação cartorária tipo aguardando julgamento de agravo realizada em março/2014;

001122832720134025170 – Intimação de decisão registro no sistema em março/2014;

00002156120114025120 – concluso para sentença em julho/2014.

Deve-se dar especial atenção aos processos abaixo relacionados que se encontram parados há maior número de dias:

00010605920124025120 – decisão com registro no sistema em 21/11/2012, data formal da publicação em 23/01/2013 (508 dias);

00011988920134025120 – Movimentação cartorária tipo expedir mandado em 16/12/2013 (193 dias);

Os Processos abaixo relacionados que se encontravam na situação de parados quando da extração dos mapas em 27/06/2014, tiveram, durante a correição, seus andamentos regularizados.

Processos:

00002156120114025120 – último movimento concluso para sentença em 01/07/2014.

00011052920134025120 – último movimento autos remetidos à CEF em 22/01/2014 e devolvidos em 02/07/2014.

00011061420134025120 – último movimento autos remetidos à CEF em 22/01/2014 e devolvidos em 02/07/2014.

00235725920134025101 – último movimento autos remetidos à CEF em 14/11/2013 e devolvidos em 02/07/2014.

PROCESSOS PARADOS ENTRE
121 E 180 DIAS (46) E HÁ MAIS DE
180 DIAS (49) - EXECUÇÃO FISCAL.



Foram consultados, por amostragem, com base no mapa extraído do sistema Apolo em 27/06/2014, os processos referentes à execução fiscal, que se encontravam sem movimentação por maior número de dias, a saber:

Entre 121 e 180 dias.

Processos:

00000086220114025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em janeiro/2014;

00000479320104025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em janeiro/2014;

00001587720104025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em janeiro/2014;

00004084220124025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em janeiro/2014;

00005568720114025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em janeiro/2014;

00005998720124025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em janeiro/2014;

00007060520104025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em janeiro/2014;

00007147920104025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em janeiro/2014;

00007399220104025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em janeiro/2014;

00007849620104025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em janeiro/2014;

00009271720124025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em janeiro/2014;

00033533620114025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em janeiro/2014;

00000605820114025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em janeiro/2014;

00000605820114025120 – aguardando manifestação advogado dativo- nomeação em 05/02/2014, realizada em fevereiro/2014;

00001032920104025120 – diligência de registro de penhora distribuída em 31/01/2014, devolvido em fevereiro/2014;

00002400620134025120 – diligência de citação distribuída em 24/01/2014 e devolvido em fevereiro/2014;

00002992820124025120 – autos devolvidos da Procuradoria da Fazenda em 14/02/2014;

00003206720134025120 – autos devolvidos da Procuradoria da Fazenda em fevereiro/2014;

00016446320114025120 – movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado em fevereiro de 2014;

00020095420104025120 – 00016446320114025120 – movimentação cartorária tipo aguardando devolução de ofício em fevereiro de 2014;

00029500420104025120 – diligência distribuída em 14/02/2014, devolvido em fevereiro/2014.

Há mais de 180 dias.

Processos:

00000337520114025120 – suspensão por artigo 40, caput, LEF em fevereiro/2013, término da suspensão em 06/02/2014;

00013700220114025120 – movimentação cartorária tipo expedir Precatório/RPV em julho/2013;

00013873820114025120 – movimentação cartorária tipo expedir Mandado em julho/2013;

00018371520104025120 – movimentação cartorária tipo expedir Mandado em julho/2013;

00018371520104025120 – movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado em julho/2013;

00006466120124025120 – movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado em agosto/2013;

00016662420114025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em setembro/2013;

00016662420114025120 – movimentação cartorária tipo expedir ofício em setembro/2013;

00003036520124025120 – movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado em outubro/2013;

00007546120104025120 – intimação de despacho registro no sistema em outubro/2013;

00022595320114025120 – movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado em novembro/2013;

00032226120114025120 – movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado em novembro/2013;

00011044920104025120 – movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado em novembro/2013;

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Virtuais)

AGUARDANDO JUNTADA,
EM 27/06/2014

- 07, sendo o mais antigo de maio/2014.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições.

VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS

Existem os seguintes escaninhos (total de documentos visto em 10/07/2014, às 13:50 h).

“CV – Prazo D.O.” (38 documentos, sendo o mais antigo de 21/05/2014);

“CV – Prazo Contestação” (20 documentos, sendo o mais antigo de 14/05/2014);

“CV – Prazo Contrarrazões” (04 documentos, sendo o mais antigo de 20/06/2014);

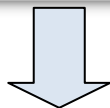
“CV – Prazo Recursal” (27 documentos, sendo o mais antigo de 04/06/2014);

“CV – Prazo Extintivo” (23 documentos, sendo o mais antigo de 20/06/2014);

“EF-Prazos” (96 documentos, sendo o mais antigo de 28/02/2014);

“CV – Prazo de Mandado/Ofício” (03 documentos, sendo o mais antigo de 27/05/2014);

CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)



Existem os seguintes escaninhos (total de documentos visto em 10/07/2014, às 14:01 h).

“EF-Expedição” (13 documentos, sendo o mais antigo de 03/06/2014);

“EF – Ag Cump Expediente” (61 documentos, sendo o mais antigo de 07/01/2014);

“CV – Aguard Cump Expediente” (104 documentos, sendo o mais antigo de 12/05/2014);

“CV – Expedição” (24 documentos, sendo o mais antigo de 22/01/2014);

“CV – Expedir Precatório/RPV” (06 documentos, sendo o mais antigo de 18/06/2014);

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário)

TOTAL DE PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA EM 27/06/2014:

02

00 - segredo
absoluto

01 - segredo
do sistema

01 - segredo de
peças

Os dois feitos objetos de segredo de sistema e segredo de peças foram consultados, no entanto, não foi possível localizar a ordem judicial designativa do referido segredo nos autos dos processos.

Processos: 00000671620124025120 e 00005747420124025120.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES (Mapa de
12/2013 a 06/2014)

- TOTAL de processos publicados: 2.453
- TOTAL de boletins: 79

MÉDIA
PROCESSOS/BOLETINS:

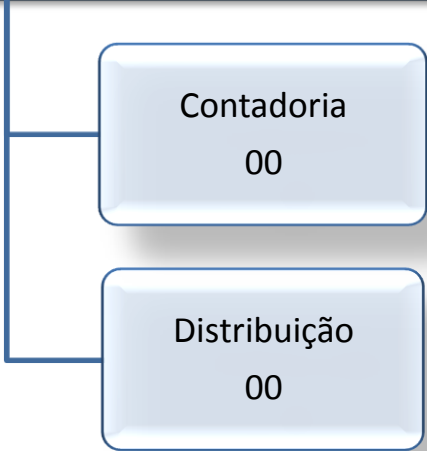
- 31,5 PROCESSOS

TEMPO MÉDIO DE
DIAS/PUBLICAÇÃO:

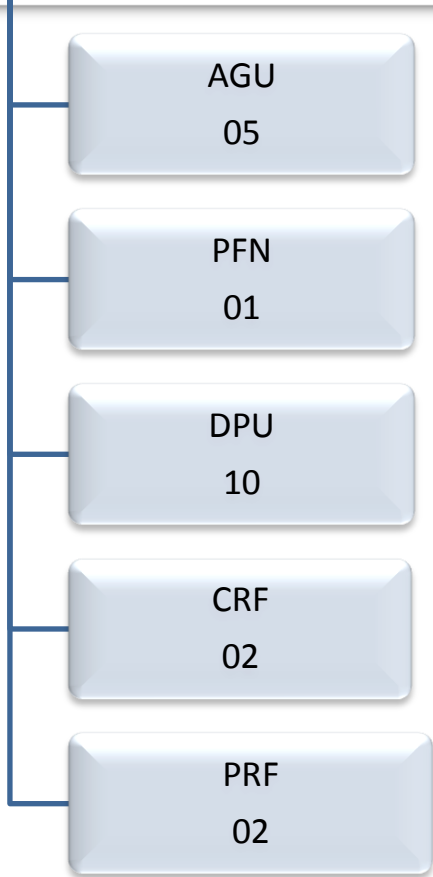
- N/A

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações.

**PROCESSOS COM REMESSA
INTERNA/PRAZO VENCIDO
(junho/14)**



**PROCESSOS COM REMESSA
EXTERNA/PRAZO VENCIDO EM
09/07/2014**



Fonte: Mapa - Relatório de Processos Recebidos/Remetidos - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo (somente não devolvidos).

SUSPENSÃO DE PROCESSOS

NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS SUSPENSOS:

CIVEIS - 66

EXECUÇÃO FISCAL - 1.650

DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Presente em todos os processos analisados, por amostragem.

MOTIVO DA SUSPENSÃO

- Aguardando decisão de instância superior - 31 (sendo 18 execução fiscal e 13 matéria cível)
- Cumprimento Precatório/RPV - 03 (matéria cível)
- Embargos à execução - 42 (sendo 28 execução fiscal e 14 matéria cível)
- Art. 40, Lei 6.830/80 - 856
- Art. 20, Lei 10.522/02- 205
- Parcelamento - 279 (sendo 275 execução fiscal e 04 matéria cível)
- Outros - 300 (sendo 268 execução fiscal e 32 matéria cível)

Foram analisados, por amostragem, os processos a seguir relacionados:

Aguarda decisão de instância superior:

00001301220104025120;	00002759720124025120;
00004858520114025120;	00011122620104025120;
00014751320104025120;	00014751320104025120;
00016917120104025120;	00018951820104025120;
00021065420104025120;	00021775620104025120;
00022701920104025120;	00023992420104025120;
00027072620114025120;	00032514820104025120;
00006138620104025170;	00029905520114025118;
00059082020104025101;	00162283220104025101;
00001653520114025120;	00034053820114025118.

Cumprimento precatório/RPV:

00009249620114025120;	00012011520114025120;
0003279320124025120.	

Parcelamento:

00000120220114025120;	00000163920114025120;
00000363020114025120;	00000369320124025120;
00000411820124025120;	00000602420124025120;
00000646120124025120;	00000698320124025120;
00000767520124025120;	00000767520124025120;
00000776020124025120;	00000841820134025120;
00000850320134025120;	00000946720104025120;
00317319320104025101;	00002424420114025120;
00330656520104025101;	00005464320114025120.

Artigo 40, § 2º, LEF e art. 20, Lei 10522/02:

00001319420104025120;	00001327920104025120;
00001336420104025120;	00001352920134025120;
00001361920104025120;	00001388620104025120;

00001434020124025120;
00001449320104025120;
00001613220104025120;
00001791920114025120;
00001818620114025120;
00001844120114025120;

00001397120104025120;
00001454420114025120;
00001648420104025120;
00001794820134025120;
00001820320134025120;
00001985420134025120;

Embargos à Execução:

00000481020124025120;
00001232020104025120;
00001579220104025120;
00002034720114025120;
00002589520114025120;
00003163520104025120;
00005553920104025120;
00007814420104025120;
00003030220114025120;
00001988820124025120;
00038070520134025101;
00008004520134025120;

00000781620104025120;
00001544020104025120;
00001737520124025120;
00002392620104025120;
00003028020124025120;
00004514220134025120;
00007770720104025120;
00010853820134025120;
00019706220124025120;
00018317120114025120;
00019583820134025120;
00017404420124025120.

Outros – Fase conhecimento:

00345232020104025101;
00315699820104025101;
00028293920114025120;
00000609220104025120;
00004032020124025120;
00011552620114025120;
00011691020114025120;
00019278620114025120;

00001803820104025120;
00001295620124025120;
00014829720134025120;
00002882820144025120;
00009067520114025120;
00011604820114025120;
00014404820134025120;
00019482220114025101.

Outros – Fase/Processo execução:

00000155420114025120;
00000447020124025120;
00000897420124025120;
00001353420104025120;
00001448820134025120;

00000386320124025120;
00000622820114025120;
00001035820124025120;
00001414120104025120;
00001509520134025120;

00001518020134025120;
00001535020134025120;
00001560520134025120;
00012762020124025120;
00012898220134025120;
00014145020134025120;
00005199420104025120;
00002314420134025120;

00001526520134025120;
00001552020134025120;
00001578720134025120;
01148265620134025120;
00017254120134025120;
00905080320124025101;
00015568820124025120;
00300196820104025101.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

SENTENÇAS

Com base no Mapa de Intimados do Apolo-Excel, extraído no período compreendido entre 27/12/2013 a 27/06/2014, observa-se um total de 886 sentenças proferidas em processos eletrônicos (429 final par e 457 final ímpar), devidamente intimadas e classificadas por tipo de intimação da seguinte forma:

Convertidos em diligência – 09 (sendo 06 de final par e 03 de final ímpar);

Resolução de mérito – 127 (sendo 63 de final par e 64 de final ímpar);

Sem resolução – 699 (sendo 336 de final par e 363 de final ímpar);

Embargos de Declaração – 30 (sendo 17 de final par e 13 de final ímpar);

Vazias – 20 (sendo 06 de final par e 14 de final ímpar).

REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

Sentenças Tipo A:

00026835520114025101	00030282620084025101
00037857820124025101	00040493720084025101
00055421020124025101	00071155920074025101
00091721620084025101	00095662820054025101
00106499820134025101	00159610220064025101
00497568620124025101	00022046220114025101
00032176220124025101	00065992920134025101
00071255020004025101	00086253920094025101
00091072120084025101	00115056220134025101
00123792820054025101	00155342019974025101
00163949820094025101	00177791320114025101
00204036920104025101	00401027520124025101
00414815120124025101	00488300820124025101
01138232620134025101	

Sentenças Tipo B2:

0005381-29.2014.4.02.5101	0007100-66.2009.4.02.5151
0010950-84.2009.4.02.5101	0010984-25.2010.4.02.5101
0018746-87.2013.4.02.5101	0020838-38.2013.4.02.5101
0021577-16.2010.4.02.5101	0021798-38.2006.4.02.5101
0022374-70.2002.4.02.5101	0023718-52.2003.4.02.5101
0033922-09.2013.4.02.5101	0041858-22.2012.4.02.5101
0049886-76.2012.4.02.5101	0119611-84.2014.4.02.5101
0143838-75.2013.4.02.5101.	

Sentenças Tipo B1:

0028624-61.1998.4.02.5101	0055953-58.1992.4.02.5101
0522476-25.2008.4.02.5101	0522476-25.2008.4.02.5101
0522476-25.2008.4.02.5101	0004996-18.2013.4.02.5101
0042841-21.2012.4.02.5101	0090294-12.2012.4.02.5101

Sentenças Tipo C:

00206426820134025101	00447847320124025101
00447847320124025101	00003947719964025101
00007459820064025101	00021437520094025101
00022814220094025101	00025227920104025101
00025695820074025101	00027124720074025101
00027193920074025101	00030637820114025101
00041268520044025101	00050534620074025101
00053834320074025101	00054077120074025101
00060121720074025101	00060263020094025101

Convertidas em diligência:

00014693520124025120;	00067000320124025101;
00007338020134025120;	00010646220134025120;
00006860920134025120;	01232993120134025120;
01287122520134025120;	00001128320134025120;
00494164520124025101.	

Analizados, por amostragem, os registros e classificação de sentença lançados no sistema, não foram encontradas irregularidades em seus lançamentos.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

**CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
(Preferências legais)**

No relatório de Inspeção Anual/2013, consta informação de que os processos com prioridade legal e os feitos que se enquadram no artigo 12, parágrafo único, da Resolução 496/2006, do Conselho da Justiça Federal, estão com tramitação regular e possuem identificador próprio.

**LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS
PROCESSOS NO GABINETE**

Existem no Gabinete os seguintes escaninhos: vistos em 09/07/2014.

GAB-Conclusos para sentença (0 documentos);

GAB - Exceção de pré-executividade (0 documentos);

GAB - TRIAGEM (0 documentos);

GAB - URGENTE (0 documentos).

EXECUÇÃO (junho/2014)

FASE 18

Informada 12 Processos
não-informada 468 em
27/06/2014.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença.

RPV e PRECATÓRIO
FÍSICOS

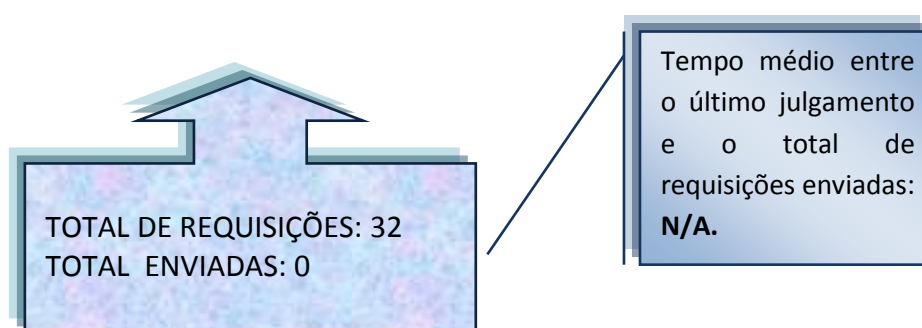
Não há.

RPV e PRECATÓRIO
VIRTUAIS

Locais virtuais:
"CV - EXPEDIR
PRECATÓRIO/RPV" (06
documentos em 09/07/2014,
às 14:17 h.)
"EF - Expedição - Precatório,
RPV, Alvarás e Ofic de
conversão em renda" (44
documentos em 09/07/2014,
às 14:19 h.).

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

RPVs	PRECATÓRIOS (parcela única)	PRECATÓRIOS PARCELADOS
<ul style="list-style-type: none">• 28 cadastrados• 0 enviados	<ul style="list-style-type: none">• 04 cadastrados• 0 enviados	<ul style="list-style-type: none">• ZERO



Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV.

GRANDES DÉBITOS (Artigos 272 e 273 da CNCR)

Consta no questionário de Autoinspeção que as execuções de grandes devedores possuem identificadores virtuais. Consta, ainda, que paralelamente é feito o controle mediante lista própria. Foi informado haver 24 grandes devedores, conforme lista às fls. 50/51, dos autos.

Não há escaninho virtual reservado a execução de grandes débitos, desta forma não há como verificar se há identificador visual referentes aos mesmos.

PENHORA ON-LINE: Sistema Bacenjud (Resolução 61/08-CNJ e 21/08-TRF2)

No questionário de Autoinspeção consta que o despacho determinando a penhora on-line, é feita por dois servidores que promovem a inserção dos dados no sistema BACENJUD, gerando a inclusão da minuta (rascunho) da ordem judicial. Posteriormente os Magistrados procedem à ordem de bloqueio. O acompanhamento quanto ao bloqueio ou não, é feito pelo servidor que elaborou a minuta, a quem compete cumprir o estabelecido no despacho: Ocorrendo bloqueio: intima o executado para apresentar defesa. Caso não haja alegação de impenhorabilidade ou apresentação de embargos, o Juiz determina a transferência do valor para conta judicial na CEF, sendo expedido mandado de intimação da penhora (quando a parte não tem advogado); Havendo bloqueio de verba impenhorável comprovada: despacho do Juiz determinando o desbloqueio (os servidores acima indicados realizam uma minuta de desbloqueio e passa para os Juízes, que procedem à ordem de desbloqueio). No último ano, foi regularizado o procedimento para a realização de penhora on line. Conforme rotina estabelecida pela Juíza Titular, as minutas são efetuadas quinzenalmente. No período compreendido entre julho de 2013 a junho de 2014, foram realizados 208 bloqueios, 55 desbloqueios e 174 transferências de valores.

Escaneados virtuais em 09/07/2014 às 12:22 h.

“BACENJUD minutado para juíza assinar e enviar” (01 documento data de entrada em 12/05/2014);

“CV – BACENJUD aguardando resposta” (04 documentos);

“CV – BACENJUD para minutar” (03 documentos);

“EF – BACENJUD para minutar” (03 documentos);

“EF – BACENJUD – Ag. Resposta” (06 documentos);

LEILÕES

(Artigos 270 a 290 da CNCR)

Conforme informado no questionário de Autoinspeção que em 09/10/2013 o juízo correicionado realizou um leilão com 29 processos, no qual nenhum bem foi arrematado/adjudicado. Em 30/06/2014, existiam 36 processos para análise de inclusão em leilão, uma vez que muitos deles vieram do Juízo Estadual com inúmeras irregularidades, tais como a falta de identificação precisa dos bens ou do depositário e ausência de registro de penhora, especialmente dos bens imóveis, dentre outras.

Escaneamento virtual, em 30/06/2014, às 13:14 h.:
“EF – Leilão” (36 documentos).

CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS

(Artigos 356 a 358 da CNCR)

Quanto a este item, informa o juízo correicionado que efetuada a penhora de bens, é promovida a inserção dos dados no cadastro por ocasião da juntada do mandado de penhora. Informa, ainda, que existem 171 bens penhorados.

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147/151 CNCG)

Consta do relatório de inspeção anual/2013 que o Juízo possui acervo integralmente eletrônico, razão pela qual não dispõe de pastas para arquivamento de expedientes. Afirma que o Livro Ponto foi inspecionado e o Livro Obrigatório de Reclamações encontra-se sobre o balcão de atendimento e disponível ao público.

Fonte: Relatório de Inspeção Anual.

ESPAÇO FÍSICO

Segundo o Questionário de Autoinspeção, todos os móveis e utensílios da Vara estão inventariados e devidamente cadastrados no Setor de Patrimônio daquela Seção Judiciária com Termo de Responsabilidade assinado pela Diretora de Secretaria. Consta, ainda, que os equipamentos de informática disponíveis atendem com eficiência às necessidades do processamento. Esclarece que o sistema Apolo apresenta constante e considerável lentidão, e desta forma, retarda a realização das atividades do Juízo, especialmente por possuir acervo integralmente eletrônico.

Fonte: Relatório de Inspeção Anual/2013.

METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

Segundo o Questionário de Autoinspeção, a meta a ser alcançada, desde a assunção da Juíza Titular, é que, todo o mês seja reduzido o número de processos em trâmite, mediante a racionalização dos procedimentos adotados. Consta, ainda, que o número de processos em trâmite na Vara, em 20/08/2012 (data da assunção da Juíza Titular), era de 2.240. Atualmente, esse número alcança 1.770 processos, não obstante se tratar de vara com acervo predominante de execuções fiscais, que, como já ressaltado, consiste em procedimento no qual a atuação das partes é fundamental para a efetiva redução dos processos em curso.

RELATÓRIO
ELABORADO POR

Mariluse Bandez Vilardi

Mat. 15716